Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1 Informações gerais

#### 1.1 Contexto operacional

A Cinesystem S.A. ("Companhia") é domiciliada no Brasil, sociedade anônima de capital aberto, com registro obtido junto a CVM – Comissão de Valores Mobiliários em 20 de julho de 2016, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 266, sala 504 – Zona 1, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A Companhia e suas controladas (doravante denominada, o "Grupo") têm como principais atividades a prestação de serviços de cinematografia e a revenda de mercadorias de Bomboniere. Atualmente o Grupo desenvolve essas atividades em praças localizadas nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Pernanbuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo – incluindo operações de terceiros (Rio de Janeiro) e próprias (demais estados).

O Grupo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com operações em 106 (cento e seis) salas próprias (em 31 de dezembro de 2016 eram 96 (noventa e seis) salas). A evolução de salas apresentada está relacionada com a abertura de 09 (nove) novas salas na cidade de São Paulo-SP e de (01) uma sala adicional no complexo de Paulista-PE.

A Companhia opera 40 (quarenta) salas de terceiros (em 31 de dezembro de 2016 eram 46 (quarenta e seis) salas). As salas de terceiros mencionadas, operam com a bandeira "Cinesystem Cinemas" e pertencem ao Grupo Redecine Rio, sendo a empresa Cinesystem S.A. responsável pela gestão administrativa, de operações e de programação de tais salas.

Em 27 de dezembro de 2017 a Companhia divulgou Fato Relevante, informando assinatura de "carta de entendimentos" junto ao Grupo Redecine Rio, detentor das salas de terceiros mencionadas, que utilizam, sob contrato, a bandeira "Cinesystem Cinemas", no Estado do Rio de Janeiro. A celebração dos contratos definitivos está sujeita ao cumprimento de condições precedentes. Podendo resultar na entrega de ações de emissão da Companhia, de forma que os sócios do "Grupo Redecine Rio" passem a ser acionistas da Companhia.

As controladas da Companhia, consolidadas nestas demonstrações financeiras são:

- . Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções cinematográfica Ltda., Redecine Litoral Cinematográfica Ltda., Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Redecine CWB Cinematográfica Ltda., Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda., Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.,
   Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.,
   Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.,
   Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda. e Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.
   CCM Participações Ltda.

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 11.114 (em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 15.751). Esse fato está relacionado principalmente às características da operação da Companhia, bem como ao elevado nível de investimentos que realizou em novos complexos, tendo realizado obras em 2017 nas cidades de São Paulo, Paulista e Ananindeua. A geração de caixa operacional prevista em orçamento para 2018, tanto dos complexos em operação, quanto do em processo de inauguração (Ananindeua-PA.), equivale ao montante de aproximadamente R\$ 17.000, o que demonstra capacidade suficiente para atender aos compromissos assumidos e garantir a continuidade operacional do Grupo.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 12 de março de 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.1.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de outros ativos e passivos financeiros e são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

## (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

#### a. Base de consolidação

#### (i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladora são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### (ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

#### c. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos:

#### (i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

#### (ii) Títulos e valores mobiliários

Abrangem saldos de aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, sem disponibilidade de utilização para cumprir obrigações de curto prazo, somente serão utilizadas quando da liquidação total dos empréstimos vinculados.

## (iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

#### d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### e. Imobilizado

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

11 de 53

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos na linha de outros resultados operacionais pelo valor líquido da operação.

#### **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### (ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação estão mencionadas abaixo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Móveis e utensílios	10% a.a.	10 anos
Máquinas e equipamentos	19% a.a.	3 a 20 anos
Equipamentos de informática	20% a.a.	5 anos
Benfeitorias em prédios de terceiros	7% a.a.	15 anos
Outros	4% a.a.	25 anos

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais líquidos" na demonstração do resultado.

#### f. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*), marcas e patentes e direito de uso comercial, que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo varia de 5 a 25 anos, com taxa média de amortização anual de 20,7%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### g. Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações nas controladas Redecine CWB Cinemat. Ltda., Bombocine CWB Com de Alim. Ltda., Redecine LEO Cinemat. Ltda., Bombocine ELO Com de Alim. Ltda., Redecine FLN Cinemat. Ltda., Bombocine FLN Com de Alim. Ltda., Redecine CRT Cinemat. Ltda., Bombocine CRT Com de Alim. Ltda., Redecine Litoral Cinemat. Ltda., Bombocine Litoral Com de Alim. Ltda., Redecine SLZ Cinemat. Ltda., Bombocine SLZ Com de Alim. Ltda., Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda., Bombocine Hortolândia Com de Alim. Ltda., Redecine BRA Cinemat. S.A., Bombocine BRA Com de Alim. S.A. e CCM Participações Ltda..

Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

#### h. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos períodos subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento, são reconhecidos pelo valor justo da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor justo da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos períodos subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### i. Subvenções governamentais

A diferença entre o valor contratual dos empréstimos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento e o valor presente e justo, são segregados na conta de subvenções governamentais. Tal conta será apropriada linearmente ao resultado, na rubrica de outros resultados operacionais, levando em consideração os prazos contratuais de cada modalidade de dívida.

#### j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## k. Beneficios a empregados

#### (i) Beneficios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### m. Redução ao valor recuperável (Impairment)

#### (i) Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste de valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não maior que um segmento operacional

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### n. Reconhecimento de receita

#### (i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## (ii) Serviços

A receita com bilheteria é reconhecida no resultado com base nas movimentações de bilhetes vendidos pela internet, nas bilheterias e totens de autoatendimento de cada multiplex.

As receitas de mídia em tela são reconhecidas de acordo com as inserções de propaganda de nossos clientes realizadas durante o mês.

#### o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos, receitas com ganho em aplicações financeiras, descontos obtidos e receitas com subvenções governamentais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### p. Imposto de renda e contribuição social

No caso das empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, a base presumida para cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são de 8% e 12% respectivamente, sobre a base presumida apurada, incidirá a alíquota do imposto de renda para o exercício corrente de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e para a contribuição social de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

## Empresas do grupo tributadas pelo regime de lucro real:

Cinesystem S.A.

Redecine CWB Cinemat. Ltda.

Redecine LEO Cinemat. Ltda.

Redecine FLN Cinemat. Ltda.

Redecine CRT Cinemat. Ltda.

Redecine Litoral Cinemat. Ltda.

Redecine SLZ Cinemat. Ltda.

Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.

Redecine BRA Cinemat. S.A.

#### Empresas do grupo tributadas pelo regime de lucro presumido:

Bombocine CWB Com de Alim. Ltda.

Bombocine LEO Com de Alim. Ltda.

Bombocine FLN Com de Alim. Ltda.

Bombocine CRT Com de Alim. Ltda.

Bombocine Litoral Com de Alim. Ltda.

Bombocine SLZ Com de Alim. Ltda.

Bombocine Hortolândia Com de Alim. Ltda.

Bombocine BRA Com de Alim. S.A.

CCM Participações Ltda.

#### 2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

## Alterações adotadas pelo Grupo

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03/IAS 7, as demais alterações não tiveram impactos materiais para o Grupo.

#### (a) CPC 03/IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impacto relevante da adoção da nova norma.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração realizou avaliações necessárias em suas receitas e não identificou nenhum impacto relevante relativo à adoção da norma.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto. Conforme descrito na Nota 30, o Grupo tem R\$ 58.969 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, incluindo aqueles arrendamentos de curto prazo e baixo valor que continuarão sendo reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. No entanto, a administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, devido à alteração na definição do prazo da locação e ao tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado do Grupo e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Esta norma é obrigatória para exercício de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

#### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis podem não ser iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos críticos da Companhia são:

#### (a) Estimativas iniciais de valor justo

As estimativas realizadas nos empréstimos e financiamentos da modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento envolveram julgamentos sobre os resultados futuros de cada complexo no momento inicial da contratação, bem como sobre a taxa de desconto utilizada, tais estimativas são anualmente revisitadas, analisando as premissas utilizadas e possíveis alterações para as próximas projeções e tal diferença influenciará no resultado.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas não reconhecem ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor, por não haver expectativa de recuperação de tais valores.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação.

Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

## (c) Redução do valor recuperável (Impairment)

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados de acordo com a política contábil apresentada pela Companhia. Os valores recuperáveis de cada complexo são determinados com base em cálculos de estimativas futuras de geração de caixa de cada unidade, tais estimativas e julgamentos poderão sofrer alterações em função de futuras concorrências, desaquecimento do mercado ou outro fator desconhecido pela Companhia no momento da avaliação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Gestão de risco financeiro

#### 4.1 Fatores de risco financeiro

Os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados, entre outros, pelos seguintes fatores: a) dependência da produção e da qualidade dos filmes exibidos; b) resultados variam de período para período de acordo com a concentração de lançamentos de filmes; c) interrupções, falhas e falta de aprimoramento de sistemas de vendas; d) concorrência de outros operadores nos mercados onde atuamos; e) propagação de canais de exibição de filmes; f) competição proveniente de outros setores de entretenimento; g) desempenho e atratividade do shopping center onde estamos localizados; h) pirataria de filmes que exibimos; i) crise no fornecimento de energia elétrica.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco. No entanto, possui diretrizes internas que norteiam a gestão dos riscos identificados. A Companhia entende que os riscos indicados não são relevantes a ponto de exigir uma política formalizada, caso esse cenário seja alterado, a Companhia se adequará às novas circunstâncias.

#### 4.2 Risco de liquidez

É um risco para o Grupo não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

... .

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017	16.379	16.037	9.029	20.931
Empréstimos e financiamentos	7.860	14.622	7.996	20.931
Fornecedores	3.537	1.415	1.033	-
Outras obrigações	4.982	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	17.397	5.421	7.915	33.676
Empréstimos e financiamentos	7.338	5.421	7.915	33.676
Fornecedores	4.208	-	-	-
Outras obrigações	5.851	-	-	-

#### 4.3 Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pela variação nas taxas de juros, tais como: TJLP, IPCA, Selic e CDI.

Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pelo Grupo, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de incremento nas taxas de juros e o cenário II 20% de incremento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

					Consolidado
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(316)	(348)	(380)
Funcine	IPCA	Aumento do IPCA	(62)	(68)	(74)
Recursos BNDES - FAT	TJLP	Aumento do TJLP	(475)	(523)	(570)
Progerem média grande empresa	TJLP	Aumento do TJLP	(146)	(160)	(175)
Progerem média grande empresa	Selic	Aumento do Selic	(199)	(218)	(238)
			(1.198)	(1.318)	(1.438)
					Controladora
			Cenário		<u> </u>
Operação	Indexador	Risco	provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(316)	(348)	(380)
			(316)	(348)	(380)

#### 4.4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumarizados:

Consolidado

	Conson	
	2017	2016
Total de empréstimos e financiamentos bancários	36.463	31.896
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(4.325)	(1.878)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(2.393)	(3.301)
Dívida líquida	29.745	26.717
Total do patrimônio líquido	32.096	29.700
Total do capital	61.841	56.417
Índice de alavancagem financeira (i)	48%	47%

(i) O aumento da alavancagem financeira do Grupo é decorrente principalmente de empréstimos realizados para investimentos em novos cinemas.

#### 4.5 Estimativas do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justo.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

. Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- . Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017.

	-			Consolidado
				2017
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.928	7.928
Total do Passivo			7.928	7.928
				Consolidado
				2016
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos			7.294	7.294
Total do Passivo	-	-	7.294	7.294

O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo nos níveis 1 e 2. Não houve transferência entre os Níveis durante o exercício.

#### (a) Instrumentos financeiros - Nível 3

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

		Consolidado
	2017	2016
Saldo inicial	7.294	5.306
Captações de empréstimos e financiamentos ao valor justo Redução por pagamento Ganhos e perdas reconhecidos no resultado	(95) 729	2.086 (262) 164
Saldo final	7.928	7.294
Total de ganhos (perdas) no exercício incluídos no resultado	(729)	(164)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 4.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Controladora	
Ativos, conforme balanço patrimonial	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	4.325	1.878	191	58
Títulos e valores mobiliários	2.393	3.301	-	777
Contas a receber de clientes	4.335	2.951	1.808	1.309
Outros créditos	1.606	3.082	1.268	2.750
	Con	solidado	Conti	roladora
Passivos, conforme balanço patrimonial	2017	2016	2017	2016
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	7.400	4.208	296	489
Outras obrigações	4.982	5.851	1.848	1.847
Empréstimos e financiamentos	36.463	31.896	4.591	5.275
Partes relacionadas (nota 26)	_	_	2.366	1.117

## 4.7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (*Standard & Poor's*):

		Consolidado
	2017	2016
Conta-corrente e depósitos bancários		
De curto		
В	3.719	1.253
BB	-	1
Sem classificação	2	1
	3.721	1.255
Contas a Receber e Outros Créditos		
De curto		
EE	2.384	1.563
Sem classificação	2.304	1.996
•	4.688	3.559
Títulos e valores mobiliários	•	0 00)
De curto		
В	-	302
		302
Contas a Receber e Outros Créditos		· ·
De longo prazo		
Sem classificação	1.437	2.906
,	1.437	2.906
Títulos e valores mobiliários	107	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
De longo prazo		
BB-	2.393	2.999
	2.393	2.999
	12.239	11.021

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

_		Consolidado	-	Controladora
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	604	623	3	2
Bancos conta movimento	1.344	1.255	5	56
Aplicações Financeiras				
Aplicação Banco do Brasil	2.194	-	-	-
Aplicação Banco ABC	183		183	
	4.325	1.878	191	58

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

As aplicações referem- se, em sua maioria, a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (97% a 99% CDI), com liquidação diária sem perda de remuneração.

#### 6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado			Controladora
	2017	2016	2017	2016
Aplicação Banco ABC	-	475	-	475
Aplicação Banco Itaú	2.393	2.524	-	-
Aplicação Banco Daycoval	<del>-</del> -	302	<u> </u>	302
	2.393	3.301	<u>-</u>	777_
Não circulante	2.393	2.999	-	475
Circulante	<u> </u>	302	<u> </u>	302
	2.393	3.301	<u> </u>	777

As aplicações financeiras estão vinculadas às operações secundárias de empréstimos e financiamentos, conforme detalhado na Nota 15.

As aplicações referem- se, em sua maioria, a investimentos Trustee Soberano, Soberano DI LP FICFI e em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% a 101% CDI), valores que serão mantidos até vencimento e só poderão ser resgatados na finalização do contrato de empréstimo e financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 7 Contas a receber de clientes e outros crédito

	-	Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Curto Prazo				
Contas a receber de clientes				
Cartões de crédito e débito	2.384	1.563	-	-
Outros clientes (propaganda e vendas empresariais)	872	338	719	252
Provisão para devedores duvidosos	(15)	(7)	(5)	-
Partes relacionadas - nota 26	1.263	1.482	1.263	1.482
Provisão para devedores duvidosos - nota 26	(169)	(425)	(169)	(425)
	4.335	2.951	1.808	1,309
Outros créditos				
Adiantamentos a fornecedores	133	155	26	15
Partes relacionadas - nota 26	-	-	-	9
Adiantamentos a funcionários	26	17	25	11
Outros adiantamentos	10	4		
	169	176	51	35_
	4.504	3.127	1.859	1.344
Longo Prazo Outros créditos			_	
Partes relacionadas - nota 26	1.217	2.715	1.217	2.715
Depósitos recursais	220	191		
	1.437	2.906	1.217	2.715

## a) Composição por vencimento das contas a receber de clientes:

_		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Aging contas a receber de clientes				
Vencidos	833	1.178	799	1.382
A vencer o3 meses	3.273	2.205	774	352
A vencer o6 meses	249	-	245	-
A vencer acima de 6 meses	164		164_	
=	4.519	3.383	1.982	1.734

Os valores vencidos estão representados por partes relacionadas R\$ 586, instituições públicas R\$ 156 e instituições privadas R\$ 91. A Administração do Grupo constitui provisão para perdas para contas a receber vencidos há mais de 180 dias de empresas privadas e vencidos há mais de 365 dias de empresas públicas, bem como avalia individualmente a capacidade de pagamento de seus clientes, mesmo que ainda não vencidos. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 184 (Em 31 de dezembro de 2016 R\$ 432).

#### **b)** Composição dos títulos vencidos do contas a receber de clientes:

Vencidos	Vencidos	Vencido acima de 180 dias	Vencido de 91 a 180 dias	Vencido até 90 dias	Total
Órgãos Públicos	156	117	39	0	156
Privados	91	15	59	17	91
Partes Relacionadas	586_	169_	417_		586
	833	301	515	17	833

Dos valores vencidos há mais de 180 dias foi constituída provisão para R\$ 15 empresas privadas e 169 partes relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 8 Estoques

O saldo de estoques é composto por mercadorias para revenda, tais como: pipocas, refrigerantes, sucos, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, utilizados nas bombonieres dos cinemas.

		Consolidado
	2017	2016
Pipocas	306	224
Refrigerantes	257	237
Brinquedos	4	26
Doces (balas, doces, bombons)	79	78
Bebidas (águas, sucos, etc.)	33	26
Souveniers	98	31
Material de Consumo (óculos 3D)	363	
Outros (bombo vip, etc.)	55	41
	1.195	663

A administração não tem expectativa de perdas na realização dos estoques.

#### 9 Impostos a recuperar

-		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
IRRF a recuperar	22	164	-	103
PIS / COFINS a compensar	4.898	4.124	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	759	307	125	12
Outros impostos a recuperar	50	81	<u> </u>	26
	5.729	4.676	130	141
Não circulante	4.157	3.446	-	-
Circulante	1.572	1.230	130	141
	5.729_	4.676	130	141

(i) O saldo apresentado na parcela não circulante refere-se a créditos sobre ativos que serão recuperados no longo prazo considerando a apropriação na ordem de 1/48 nos termos da lei. O saldo apresentado na parcela circulante refere-se a créditos que serão recuperados no curto prazo em contrapartida aos impostos devidos sobre as receitas. No período findo em 31 de dezembro de 2017 a movimentação do saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentou os seguintes valores:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

			Consolidado
	PIS a	COFINS a	,
	Recuperar	Recuperar	Total
Crédito retidos na fonte	2	10	12
Crédito sobre aquisição de ativos	708	3.263	3.971
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	25	116	141
Em 31 de dezembro de 2016	735	3.389	4.124
Entradas			
Crédito retidos na fonte	1	3	4
Crédito sobre aquisição de ativos	265	1.215	1.480
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	964	4.430	5.394
• , ,	1.230	5.648	6.878
Compensações			,
Crédito retidos na fonte	(1)	(3)	(4)
Crédito sobre aquisição de ativos	(120)	(548)	(668)
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	(970)	(4.462)	(5.432)
3	(1.091)	(5.013)	(6.104)
Em 31 de dezembro de 2017	874	4.024	4.898
Crédito retidos na fonte		10	12
Crédito sobre aquisição de ativos	853	3.930	4.783
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	19	84	103

## 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

						Consolidado
		Ativo		Passivo		Líquido
_	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Diferenças Temporárias Custos distribuição e demais despesas Custo atribuido imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária Custo veiculação de propaganda Provisão créditos liquidação duvidosa	926 - 342 - 174 62 1.504	1.452 - - 221 21 91 - 1.785		(339) (1.968) - - (2.307) iferido Atvo iferido Passivo	926 (273) 342 (2.663) 174 62 (1.432)	1.452 (339) 221 (1.947) 91 - (522) 992 (1.514)
			L	íquido	(1.432)	(522)
						Controladora
		Ativo		Passivo		Líquido
<u> </u>	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Diferenças Temporárias						
Custos distribuição e demais despesas	472	757	-	-	472	757
Custo atribuído imobilizado	· -	-	- - -	-	· -	-
Custo atribuído imobilizado Contingências	472 - 304 -	149	- - - (34)	:	304	149
Custo atribuído imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária	304	149 11	(34)	- - - -	304 (34)	149 11
Custo atribuído imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária Custo veiculação de propaganda	304 - 127	149	(34)	- - - - -	304 (34) 127	149
Custo atribuído imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária	304	149 11	(34)	<u>:</u> -	304 (34)	149 11
Custo atribuído imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária Custo veiculação de propaganda	304 127 59	149 11 54	(34)	- - - - - Diferido Ativo	304 (34) 127 59	149 11 54
Custo atribuído imobilizado Contingências Dif. depreciação fiscal e societária Custo veiculação de propaganda	304 127 59	149 11 54	(34)	- Diferido Ativo Diferido Passivo Lfuquido	304 (34) 127 59	149 11 54

## a) Composição dos saldos

O Grupo utiliza o regime de tributário de apuração pelo lucro real para as empresas do segmento de exibição de filmes e outras receitas e utiliza o regime tributário de apuração pelo lucro presumido para empresas do segmento de comercialização de produtos de Bomboniere. O Grupo calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há probabilidade de o lucro futuro tributável estar disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos, portanto, a alterações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As Companhias com prejuízos fiscais acumulados não apresentam perspectiva de realização de lucro futuro, assim o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos no montante de R\$ 6.833, sobre um prejuízo fiscal do exercício findo em dezembro de 2017 de R\$ 20.098 e no montante de R\$ 5.052, sobre um prejuízo fiscal do exercício findo em dezembro de 2016 de R\$ 14.858.

O prejuízo fiscal acumulado de todos os exercícios anteriores, somado aos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$ 72.426 (em 2016 totalizava R\$ 52.328).

#### (b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

_		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquotas nominais	3.538 34%	1.725 34%	2.439 34%	877 34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido Equivalência patrimonial Exclusões permanentes, líquidas	(1.203) (6.833) - 1.213	(587) (5.052) - 952	(829) (2.525) 3.311	(298) (2.003) 2.850 91
Efeitos com tributação pela base presumida de controladas	5.681	4.479	-	-
IRPJ e CSLL apurados	(1.142)	(208)	(43)	640
Correntes Diferidos	(992) (150)	(906) 698	(43)	640
IRPJ e CSLL apurados	(1.142)	(208)	(43)	640

#### 11 Investimentos

Nenhuma das companhias controladas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

## (i) Movimentações dos investimentos:

		Controladora
	2017	2016
Investimentos em sociedades controladas	37.945	33.564
	37.945	33.564
		Controladora
	2017	2016
Saldo inicial	33.564	35.647
Aumento de capital em controladas	12.116	6.585
Equivalência patrimonial	9.738	8.382
Distribuição de lucros	(17.473)	(17.050)
Saldo final	37.945	33.564

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## (ii) Movimentação de investimento analítico

	Redecine LEO Cinemat. Ltda.	Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine CRT Cinemat. Ltda.
(a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2017 % Participação Quantidade total de quotas: Quantidade de quotas possuídas:	99,9999% 1.671.516 1.671.514	99,995% 36.737 36.735	99,99996% 5-597-354 5-597-352	99,9964% 55.881 55.879	99,9998% 1.168.215 1.168.213	99,9986% 145.937 145.935	99,99991% 2.238.085 2.238.083	99,9979% 96.001 95.999	99,9999% 2.693.469 2.693.467
(b) Informação das controladas de 31 de dezembro de 2017  Capital social Ajuste de avaliação patrimonial Resserva de Lucros a Realizar Resultado de exercícios anteriores Resultado do exercício (-) Distribuição de Lucro	1.173 2.072 134 54 (1.002) (85)	875 37 456 - 1.282 (900)	2.519 6.110 135 69 (3.084) (711)	1.426 56 - 951 - 2.019 (1.600)	1.675 1.168 107 644 - 529 (773)	1.353 146 - 780 - 1.927 (1.500)	3.625 2.238 1 1.397 (11)	873 96 - 735 - 942 (900)	3.193 36 10 (2.609) (521)
Movimentação dos investimentos no exercício findo em dezembro de 2017 Saldo representada em 31 de dezembro de 2015	363	717	3.376	1.628	1.620	1.308	2.866	903	48
Aporte de capital Distribuição de lucros Equivalência patrimonial do exercício	707 - (212)	(1.277) 1.053	(310)	(2.520) 1.899	300	(1.854) 1.472	- - 769	(920) 848	395 (312)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	858	493	3.066	1.007	1.920	926	3.635	831	131
Aporte de capital Distribuição de lucros Equivalência patrimonial do exercício	400 - (85)	(900) 1.282	164 - (711)	(1.600) 2.019	(773) 529	(1.500) 1.927	- - (10)	(900) 942	500 - (521)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.173	875	2.519	1.426	1.676	1.353	3.625	873	110

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine CWB Cinemat. Ltda.	Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	<u>CCM</u> <u>Participações</u> <u>Ltda.</u>	Total
(a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2017 % Participação Quantidade total de quotas: Quantidade de quotas possuídas:	99,9900% 20.001 19.999	99,99996% 4.747.123 4.747.121	99,997% 78.175 78.173	99,99995% 4.130.036 4.130.034	99,9992% 244.218 244.216	99,99999% 24.013.766 24.013.764	99,99758% 82.541 82.539	99,99970% 670.754 670.752	47.689.809
(b) Informação das controladas de 31 de dezembro de 2017  Capital social Ajuste de avaliação patrimonial Reserva de Lucros a Realizar Resultado de exercícios anteriores Resultado do exercício (-) Distribuição de Lucro	506 20 - 368 - 618 (500)	3.337 5.597 117 52 (2.061) (368)	2.146 78 - 1.145 - 2.023 (1.100)	1.102 5.330 - - (3.805) (423)	1.072 244 - 1.042 - 986 (1.200)	8.928 33.013 - - (16.998) (7.087)	7.223 83 - 7.953 - 8.187 (9.000)	(o) 673 - - (672) (1)	37.942 60.154 530 15.656 (30.231) 9.306 (17.473)
Movimentação dos investimentos no exercício findo em dezembro de 2017 Saldo representada em 31 de dezembro de 2015	6.1-	0.04=	1.893	674	4.450	7.224	-6-4		0-64-
Sano representada em 31 de dezembro de 2015 Aporte de capital Distribuição de lucros Equivalência patrimonial do exercício	- (788) 529	3.247 76 - (470)	(2.377) 1.707	257 - (604)	- (997) 804	5.150 - (5.360)	7.654 - (6.317) 6.269		35.647 6.585 (17.050) 8.382
Saldo em 31 de dezembro de 2016	388	2.853	1.223	327	1.286	7.014	7.606		33.564
Aporte de capital Distribuição de lucros Equivalência patrimonial do exercício	(500) 618	851 - (368)	(1.100) 2.023	1.200 - (423)	(1.200) 986	9.001 - (7.087)	(9.000) 8.617	- - - -	12.116 (17.473) 9.738
Saldo em 31 de dezembro de 2017	506	3.336	2.146	1.104	1.072	8.928	7.223		37.945

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## (iii) Informações dos investimentos nas controladas:

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receita Bruta	Resultado	% de Participação
Paril I. J. Jack							
Em 31 de dezembro de 2016 Redecine LEO Cinemat, Ltda.	D		<b>6-</b> 4	0=0		(0.0)	00.000/
Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil Brasil	1.529	671 80	858	4.556	(212)	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat, Ltda.	Brasil	573		493	1.990	1.053	99,99%
Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	4.111	1.045	3.066 1.007	7.479	(310) 1.899	99,99% 99,99%
Redecine Litoral Cinemat, Ltda.	Brasil	1.153 2.641	146 721	,	3.091	300	99,99%
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil		87	1.920	7.420		
Redecine SLZ Cinemat, Ltda.	Brasil	1.013 8.384		926	2.577 11.781	1.472 769	99,99% 99,99%
Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	8.384 903	4.749	3.635 831	11.781	769 848	99,99% 99,99%
Redecine CRT Cinemat, Ltda.	Brasil		72 76 5				
Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	896	765	131 388	3.401	(312)	99,99%
Redecine CWB Cinemat, Ltda.	Brasil	424	36		928	529	99,99%
Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	3.924	1.071	2.853	8.380	(470)	99,99%
Redecine Hortolândia Cinemat, Ltda.	Brasil	1.367	144	1.223	3.022	1.707	99,99%
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.		3.653	3.326	327	4.057	(604)	99,99%
Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Brasil Brasil	1.346 60.681	60 53.667	1.286	1.523	804	99,99%
Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil			7.014	31.250	(5.360)	99,99%
	Brasil	8.369	763	7.606	11.683	6.269	99,99%
CCM Participações Ltda.	Brasii						99,99%
		100.967	67.403	33.564	104.666	8.382	
		100.907	07.403	33.304	104.000	0.302	
Em 31 de dezembro de 2017							
Redecine LEO Cinemat, Ltda.	Brasil	1.607	434	1.173	4.713	(85)	99,99%
Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	934	59	875	2.222	1.282	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat, Ltda.	Brasil	3.391	872	2.519	6.148	(711)	99,99%
Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.538	112	1.426	3.168	2.019	99,99%
Redecine Litoral Cinemat, Ltda.	Brasil	2.275	599	1.676	7.549	529	99,99%
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.432	79	1.353	2.976	1.927	99,99%
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Brasil	7.493	3.868	3.625	10.754	(11)	99,99%
Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	928	55	873	1.634	942	99,99%
Redecine CRT Cinemat, Ltda.	Brasil	637	527	110	3.282	(521)	99,99%
Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	548	42	506	1.075	618	99,99%
Redecine CWB Cinemat, Ltda.	Brasil	4.311	975	3.336	8.512	(368)	99,99%
Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	2.267	121	2.146	3.415	2.023	99,99%
Redecine Hortolândia Cinemat, Ltda.	Brasil	3.957	2.853	1.104	3.942	(423)	99,99%
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.125	53	1.072	1.660	986	99,99%
Redecine BRA Cinemat, Ltda.	Brasil	71.231	62.303	8.928	39.078	(7.087)	99,99%
Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	7.905	682	7.223	15.790	8.618	99,99%
CCM Participações Ltda.	Brasil				(1)		99,99%
			-2 (2:				
		111.579	73.634	37.945	115.917	9.738	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 12 Imobilizado

## a. Composição do saldo

	Taxa de	Custo	Depreciação		Consolidado
Rubrica	depreciação %	corrigido	acumulada	2017	2016
Móveis e utensílios	10%	13.252	(4.375)	8.877	7.886
Máquinas e equipamentos	19%	35.745	(10.361)	25.384	20.718
Equipamentos de informática	20%	3.736	(2.365)	1.371	1.344
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	67.916	(15.904)	53.012	53.667
Outros	4%	28	-	28	28
Adiantamento a fornecedores		1.325	<u> </u>	1.325	3.072
	=	122.002	(32.005)	89.997	86.715
	Taxa de	Custo	Depreciação		Controladora
Rubrica	depreciação %	corrigido	acumulada	2017_	2016
Móveis e utensílios	10%	179	(66)	113	114
Máquinas e equipamentos	19%	142	(49)	93	53
Equipamentos de informática	20%	288	(197)	91	94
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	265	(135)	130	146
		874	(447)	<b>42</b> 7	407

## b. Movimentação do custo e depreciação

					Consolidado
	2015	Adições	Alienação	Depreciação	2016
Móveis e utensílios	7.664	889	(87)	(580)	7.886
Máquinas e equipamentos	19.344	4.104	(726)	(2.004)	20.718
Equipamentos de informática	977	770	(6)	(397)	1.344
Benfeitorias em imóvel de terceiros	44.201	13.348	-	(3.882)	53.667
Outros	28		-	-	28
Adiantamento a fornecedores	809	2.263	<u> </u>	<u> </u>	3.072
	73.023	21.374	(819)	(6.863)	86.715

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

						Consolidado
	2016	Transferência	Adições	Alienação e baixas	Depreciação	2017
Móveis e utensílios	7.886	1.508	593	(116)	(994)	8.877
Máquinas e equipamentos	20.718	1.782	5.694	(387)	(2.423)	25.384
Equipamentos de informática	1.344	2	552	(2)	(525)	1.371
Benfeitorias em imóvel de terceiros	53.667	(1.545)	6.030	-	(5.140)	53.012
Outros	28	-	-	-	-	28
Adiantamento a fornecedores	3.072	(1.747)	<del></del>	<del>_</del>	<del>_</del>	1.325
<u> </u>	86.715	<u> </u>	12.869	(505)	(9.082)	89.997
						Controladora
		2015	Adições	Alienação	Depreciação	2016
Móveis e utensílios		117	13	-	(16)	114
Máquinas e equipamentos		49	11	-	(7)	53
Equipamentos de informática Benfeitorias em imóvel de terceiros		95 138	40 26	(2)	(39) (18)	94 146
Bemeitorias em imover de terceiros		130			(16)	140
		399	90	(2)	(80)	407
						Controladora
	_	2016	Adições	Alienação	Depreciação	2017
Móveis e utensílios		114	15	-	(16)	113
Máquinas e equipamentos		53	51	-	(11)	93
Equipamentos de informática		94	33	-	(36)	91
Benfeitorias em imóvel de terceiros		146		<del>-</del>	(16)	130
		407	99	<u> </u>	(79)	427

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## (a) Garantias

Na data das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor total de R\$ 6.410 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na Nota 15.

#### (b) Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente avalia possíveis indícios de problemas com a recuperabilidade dos imobilizados de cada Unidades Geradoras de Caixas - UGCs.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado da Companhia poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

## (c) Despesas com depreciação e amortização

O montante de R\$ 9.353 referente à depreciação e amortização, sendo o valor de R\$ 8.898 referente a custo de depreciação e amortização e R\$ 455 referente a despesas de depreciação e amortização, reconhecido no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em "Despesas por Natureza", (Em 2016 R\$ 7.008, sendo R\$ 6.626 referente a custo de depreciação e amortização e R\$ 382 referente a despesas de depreciação e amortização).

#### (d) Revisão e ajuste da vida útil estimada

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Durante a última revisão não foram identificadas mudanças na política de vida útil adotada.

#### (e) Custo atribuído aos ativos (reavaliação)

Os valores referentes ao custo atribuído aos ativos (reavaliação) em 31 de dezembro de 2010 estão apresentados nos quadros abaixo:

Consolidado

		Consondado
		2017
	Depreciação	
Principal	acumulada	Líquido
1.528	(1.091)	437
1.038	(674)	364
64	(64)	
3	(3)	-
2.633	(1.832)	801
		Consolidado
		2016
	Depreciação	
Principal	acumulada	Líquido
1.528	(976)	552
1.063	(633)	430
64	(63)	1
3	(2)	1
	1.528 1.038 64 3 2.633 Principal 1.528 1.063	Principal         acumulada           1.528         (1.091)           1.038         (674)           64         (64)           3         (3)           2.633         (1.832)    Principal  Principal  1.528 (976) 1.063 (633)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 13 Intangível

## a. Composição do saldo

	Taxa de	Custo	Amortização		Consolidado
Rubrica	depreciação %	corrigido	acumulada	2017	2016
Direitos autorais	4%	11	(2)	9	9
Sistemas de computadores	5%	660	(388)	272	125
Direito de uso comercial	7%	1.532	(773)	759_	843_
		2.203	(1.163)	1.040	977
	Taxa de	Custo	Amortização		Controladora
Rubrica	depreciação %	corrigido	acumulada	2017	2016
Direitos autorais	4%	11	(2)	9	9
Sistemas de computadores	5%	374	(188)	186	104
		385	(190)	195	113

## b. Movimentação do custo e amortização

,	2015	Adicões	Amortização	Consolidado 2016
	2013	Auições	Amortização	2010
Direitos autorais	9	-	-	9
Sistemas de computadores	80	105	(60)	125
Direito de uso comercial	928	-	(85)	843
	1.017	105	(145)	977

		. 11 2		Consolidado
	2016	Adições	<u>Amortização</u>	2017
Direitos autorais	9	-	-	9
Sistemas de computadores	125	334	(187)	272
Direito de uso comercial	843		(84)	759
	977	334	(271)	1.040

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

				Controladora
	2015	Adições	Amortização	2016
Direitos autorais Sistemas de computadores	9 62	93	(51)	9 104
	71	93	(51)	113
				Controladora
	2016	Adições	Amortização	2017
Direitos autorais Sistemas de computadores	9 104	150	(68)	9 186
	113_	150	(68)	195

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 14 Fornecedores e outras obrigações

o ,		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores				
Fornecedores mercado interno	7.253	4.002	149	287
Partes Relacionadas - nota 26	147_	206	147_	202
	7.400	4.208	296	489
Outras obrigações				
Aluguéis	1.246	1.105	19	16
Energia elétrica	195	78	4	3
Propaganda e publicidade	2	2	2	-
Provisões de distribuidoras, veiculação de telas e despesas (i)	3.467	3.938	1.760	1.583
ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição)	-	653	-	171
Outros valores a pagar		75_	63	74_
	4.982	5.851	1.848	1.847
	12.382	10.059	2.145	2.336
Não circulante	2.448	-	-	-
Circulante	9.934	10.059	2.144	2.336
	12.382	10.059	2.144	2.336

<sup>(</sup>i) O saldo apresentado refere-se principalmente a provisões valores a serem cobrados pela distribuidora de filmes baseado na venda de ingressos da Companhia, bem como pagamento de comissão para a agência intermediadora sobre vendas de mídia em tela, ambos custos ainda não faturados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 15 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

		<u> </u>		Consolidado
Modalidade	Taxas	Garantias	2017	2016
Outros empréstimos				
Capital de giro	2,60% a.m.	Aval acionistas (i)	-	2
Capital de giro	1,67% a.m.	Aval dos acionistas (i), alienação de recebíveis	-	545
Capital de giro	CDI + 0.60% a.m.	Recebíveis e aplicação financeira	1.091	1.500
Capital de giro	CDI + 0,50% a.m.	Recebíveis	1.500	-
Capital de giro	CDI + 0.63% a.m.	Recebíveis	2.000	-
Progerem média grande empresa	TJLP + 5.00% a.a.	Recebíveis	2.084	-
Progerem média grande empresa	Selic + 5,33% a.a.	Recebíveis	2.084	-
Recursos BNDES - FAT	1% a.a + TJLP	Recebíveis + alienação de máquinas	6.790	7.799
Funcine	1% a.a + IPCA	N/A	2.100	-
Conta garantida	1,65% a.m.+0,0041% IOF	Aval dos acionistas (i) + recebíveis	-	3.230
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	1,6462% a.m	Aval dos acionistas (i)	-	5
			17.648	13.081
Fundo setorial audiovisual - Financiamento				
Fundo setorial audiovisual - Financiamento	0% a 1,0% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	15.044	16.914
(- ) Ajuste a valor presente	0% a 1,0% a.a.	Receptiveis + alienação de maquinas	15.044	
	iamonto (a)		(4.157) 10.887	(5.393)
Valor presente do fundo setorial audiovisual – financ	iamento (a)		10.887	11.521
Fundo setorial audiovisual - Investimento				
Fundo setorial audiovisual - Investimento		Recebíveis + alienação de máquinas	29.275	29.371
( - ) Ajuste a valor justo			(21.347)	(22.077)
Valor justo do fundo setorial audiovisual – investime	nto (b)	<u> </u>	7.928	7.294
			36.463	31.896
Não circulante			29.586	25.173
Circulante			6.877	6.723
			36.463	31.896
				_

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Modalidade Taxas Garantias 2017	2016
Outros empréstimos	
Capital de giro CDI + 0,60% a.m. Recebíveis e aplicação financeira 1.091	1.500
Capital de giro CDI + 0,50% a.m. Recebíveis 1.500	-
Capital de giro CDI + 0,63% a.m. Recebíveis 2.000	-
Capital de giro 1,67% a.m. Aval dos acionistas (i), alienação de recebíveis -	545
Conta garantida 1,65% a.m.+0,0041% IOF Aval dos acionistas (i) + recebíveis	3.230
4.591	5.275
Não circulante	1.091
Circulante1.693	4.184
4.591	5.275

(i) Acionistas: O aval aos empréstimos e financiamentos do Grupo são concedidos pelo Sr. Marcos Rocha Magalhães Barros, fundador e responsável legal pela pessoa jurídica Agroup Participações S.A., acionista da Cinesystem S.A..

As movimentações realizadas no exercício são apresentadas abaixo:

120 mo imoningo do reminimo no enercido eno aprocentadas abanios	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.918	2.836
Entradas recursos	21.734	4.729
Provisão de juros	1.088	357
Pagamentos principal	(7.039)	(2.290)
Pagamentos juros	(1.088)	(357)
Transferência para subvenção	(9.090)	=
Ajuste a valor presente	1.665	=
Ajuste a valor justo	(292)	=
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.896	5.275
Entradas recursos	10.903	3.802
Provisão de juros	1.471	405
Pagamentos principal	(8.575)	(4.486)
Pagamentos juros	(1.196)	(405)
Ajuste a valor presente	1.235	-
Ajuste a valor justo	729	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.463	4.591

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cronograma de vencimentos de empréstimos e financiamentos não circulantes:

		Consolidado		Controladora
Ano	2017	2016	2017	2016
2018	-	3.553	-	545
2019	9.053	3.398	1.796	546
2020	4.950	2.852	1.102	-
2021	3.681	2.852	-	-
2022 a 2031	11.902	12.518	-	-
Total	29.586	25.173	2.898	1.091

#### Garantias

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por aval dos acionistas, por máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 6.410 (vide Nota 12), títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 2.393, consolidado (vide Nota 6).

#### Compromissos ("covenants")

Nos contratos celebrados junto ao BNDES, o Grupo dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

- (a) Apresentar demonstrações financeiras auditadas anualmente;
- (b) Não contratar, durante a vigência dos contratos, sem prévia anuência do BNDES, qualquer endividamento oneroso:
- (c) Compor as "Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES" com respectivos saldos mínimos;
- (d) Não ceder, alienar, onerar, caucionar, ou por qualquer modo negociar ou vincular em favor de credor a receita da Companhia, salvo autorizado pelo BNDES;
- (e) Não distribuir dividendos superiores ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social anterior.

Todas as obrigações acima citadas estão sendo totalmente cumpridas pela Companhia.

#### Ajuste a valor presente e valor justo

- a) Os recursos recebidos pela companhia na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, com taxa de juros zero e 1% a.a., estão apresentados nesta nota a valor presente, para determinação do valor presente foi utilizada a taxa de juros de 11,36%. A diferença entre o valor contratual e o valor presente dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme nota 16.
- b) Os recursos recebidos na modalidade Fundo Setorial Audiovisual Investimento possuem características diferenciadas em relação aos demais empréstimos, a amortização somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA-Resultado Operacional Ajustado) for positivo, sendo o cálculo anual, com prazo de investimento de 15 anos, período da assinatura do contrato e o vencimento da última parcela.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Tal valor encontra-se apresentado pelo valor justo, mensurando a expectativa de rentabilidade futura de cada complexo, atendendo ao exposto no ao CPC 38.43 e CPC 38.43 (a). A diferença entre o valor contratual e o valor justo dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme nota 16.

#### 16 Subvenções governamentais

De acordo com as características dos empréstimos e financiamentos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento, cabe a Companhia aplicar o que prevê o CPC 07, onde benefícios econômicos oriundos de empréstimos governamentais, com taxas de juros abaixo da praticada pelo mercado devem ser tratados como subvenções governamentais. A diferença entre o valor justo e presente, versus o montante recebido, deve ser tratada como receita diferida e amortizada linearmente pelo prazo do contrato.

		Consolidado
	2017	2016
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Financiamento Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Investimento	6.032 17.844	7.039 19.422
	23.876	26.461
Não circulante Circulante	21.291 2.585 <b>23.876</b>	23.876 2.585 <b>26.461</b>

As movimentações das subvenções governamentais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.694
Novas liberações	9.090
Apropriação ao resultado	(2.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.461
Novas liberações	<del></del>
Apropriação ao resultado	(2.585)_
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.876

## 17 Obrigações sociais

8,		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Salários a pagar	600	630	222	262
Pensão alimentícia a pagar	5	_	5	-
INSS a recolher	295	288	107	111
FGTS a recolher	89	78	25	22
Provisão de férias e encargos	1.118	999	408	340
Outras obrigações com empregados	128	133	99	120
	2.235	2.128	866	855

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 18 Obrigações tributárias

0 ,		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
IRPJ a recolher	104	84	-	-
CSLL a recolher	78	67	-	-
ICMS a recolher	63	56	-	-
ISSQN a recolher	605	650	21	8
PIS/COFINS a recolher	326	220	71	34
Outros impostos a recolher	29	45_	1	16
	1.205	1,122	93	58

## 19 Impostos parcelados

		Consolidado
	2017	2016
Parcelamento de PIS (i)	1	144
Parcelamento de COFINS (i)	11	897
Parcelamento de IRPJ (i)	18	95
Parcelamento de CSLL (i)	6	26
Parcelamento de ISSQN (ii)	179	390
	215	1.552
Não circulante	49	987
Circulante	166	565
	215	1.552

- (i) Os parcelamentos de impostos federais apresentados são compostos por parcelamento de dívida ativa (R\$ 36).
- (ii) Os parcelamentos municipais foram efetuados nas cidades de: Curitiba-PR., conforme Portaria nº 14/04 SMF; e em Vila Velha-ES., conforme Lei 5533/14, montante de R\$ 179.

Abaixo está demostrado o cronograma de vencimento da parcela não circulante:

		Consolidado
Ano	2017	2016
2018	-	464
2019	49	294
2020	-	186
2021 Total		43_
Total	49	987

A Companhia aderiu em 31 de agosto de 2017 ao PERT-Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela MP 783, onde parcelamentos existentes na modalidade simplificada e Refis foram, parte liquidados mediante aproveitamento de prejuízos acumulados e parte pagos à vista, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Empresas	Saldo atualizado em aberto	Parcela paga à vista	Redução de juros e multas	Abatimento em prejuízos acumulados
Bombocine Cwb Comercio De Alimentos Ltda	29	3	-	-
Redecine Cwb Cinematográfica Ltda	145	11	30	104
Redecine - Leo Cinematográfica Ltda	41	3	8	30
Redecine - Fln Promoções Cinematografia Ltda	188	14	37	137
Redecine Crt Cinematográfica Ltda	106	9	7	90
Bombocine Crt Comércio De Alimentos Ltda	3	1	1	· =
Redecine Litoral Cinematográfica Ltda	142	11	26	-
Redecine Slz Cinematográfica Ltda	176	13	32	-
Bombocine Slz Comércio De Alimentos Ltda	8	1	1	=
Bombocine Litoral Comércio De Alimentos Ltda	23	2	4	=
Bombocine Fln Comércio De Alimentos Ltda	36	3	7	-
Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda	17	1	3	13
Bombocine Hortolândia Comércio De Alimentos Ltda	11	1	2	-
Bombocine Leo Comércio De Alimentos Ltda	12	1	2	-
Redecine Bra Cinematográfica S.A	91	8	8	75
Bombocine Bra Comércio De Alimentos S.A		1	3_	
	1.045	83	171	440

Conforme disposto no art. 2º, § 2º, da MP 783 de 31 de maio de 2017, é permitida às empresas controladas ou controladoras utilizar crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro ("IRCS") oriundo de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL ("PF/BN") de sociedades controladas ou controladoras, conforme demonstrado abaixo:

Empresa vendedora	Venda de prejuízos	PIS e COFINS incidentes	Venda líquida de Prejuízos
Redecine Hortolândia Cinematografica Ltda	342	(31)	311
	342	(31)	311

Empresas adquirentes	Saldo atualizado em aberto	Parcela paga à vista	Redução de juros e multas	Aquisição de prejuízos
Bombocine Cwb Comércio De Alimentos Ltda	29	3	-	26
Bombocine Crt Comércio De Alimentos Ltda	3	1	1	1
Redecine Litoral Cinematográfica Ltda	142	11	26	105
Redecine Slz Cinematográfica Ltda	176	13	32	131
Bombocine Slz Comércio De Alimentos Ltda	8	1	1	6
Bombocine Litoral Comércio De Alimentos Ltda	23	2	4	17
Bombocine Fln Comércio De Alimentos Ltda	36	3	7	26
Bombocine Hortolândia Comércio De Alimentos Ltda	11	1	2	8
Bombocine Leo Comércio De Alimentos Ltda	12	1	2	9
Bombocine Bra Comércio De Alimentos S.A	17	1	3	13
	457	37	78	342

## 20 Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, em andamento, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, bem como as de risco de perda possível decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos, apresentando os seguintes passivos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Consolidado
	2017	2016
Trabalhista	110	205
Tributário	895	816
Cível e Administrativo	3	13
Total provável	1.008	1.034
Trabalhista	47	41
Tributário	105	72
Cível e Administrativo	35_	
Total possível	187	133

A movimentação das provisões de perda provável está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	541
Adições	529
Baixas	(41)
Atualização	5
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.034
Adições	47
Baixas	(153)
Atualização	80_
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.008

## 21 Capital social e reservas

#### **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia permanece inalterado em relação a posição de 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado abaixo:

			2017
Acionista	Nº ações	Valor das ações ordinárias	Perc. capital Social
Agroup Participações S.A. Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações Homero Frederico Icaza Figner	8.598.133 8.114.634 1.803.251 901.626	8.598 25.916 5.759 2.879	44,28% 41,79% 9,29% 4,64%
=	19.417.644	43.152	100,00%

## Reserva de lucros

## Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito e integralizado, e tem como finalidade, assegurar a integridade do capital social. A reserva poderá ser utilizada para o aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com o Estatuto da Companhia, no exercício em que o saldo de reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital, que trata o artigo 182, da lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento), do capital, subscrito e integralizado, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da Administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados.

#### Reserva de incentivos de fiscais

Constituída de acordo com o previsto no artigo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros.

#### **Dividendos**

O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, a partir do exercício de 2015, a Companhia poderá efetuar distribuição de lucros, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

#### Ajuste avaliação patrimonial

a) Diferença entre o valor pago na aquisição de participação de não controladores e o valor contábil da participação adicional, no valor total de R\$ (6.712), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2017	2016
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	(1.979)	(1.979)
Bombocine FLN Com de Alim. Ltda.	(12)	(12)
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	(1.419)	(1.419)
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	(143)	(143)
Bombocine CRT Com. De Alimentos Ltda.	(11)	(11)
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	(2.293)	(2.293)
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda.	(855)	(855)
	(6.712)	(6.712)

b) O valor referente à reserva de reavaliação existente até 31 de dezembro de 2010 e custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado na Nota 12, em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 530, (Em dezembro de 2016 era de R\$ 660).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 22 Receita operacional

		Consolidado		Controladora
	2017	2016	2017	2016
Venda de produto				
Receita com venda de ingressos	80.002	75.240	-	-
Receita com veiculação de propaganda	2.499	1.589	2.365	1.276
Receita com aluguel de salas para eventos	334	261	-	-
Vendas de mercadorias - Bomboniere	33.886	28.414	-	-
Outras receitas com prestação de serviços	2.280	883	719	445
	119.001	106.387	3.084	1.721
Deduções sobre vendas				
ICMS	(843)	(707)	-	-
PIS	(1.541)	(1.401)	(51)	(28)
COFINS	(7.098)	(6.455)	(234)	(131)
ISS	(3.776)	(3.450)	(84)	(41)
Cancelamento de vendas	(20)	(1)		
	(13.278)	(12.014)	(369)	(200)
	105.723	94.373	2.715	1.521

## 23 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora
2017	2016	2017	2016
7.930	7.185	_	-
36.775	34.096	871	475
7.228	6.363	· -	-
2.491	2.447	-	-
11.543	10.580	-	-
4.837	4.821	-	-
8.898	6.626	-	-
(20)	(21)	-	-
901	748	-	-
9	24	9	12
553	674	76	18
526	573	295	287
183	814	97	620
14.060	12.638	8.039	7.427
549	470	27	26
900	821	303	276
2.468	1.877	1.052	721
962	777	642	517
455	382	148	131
426	365	6	12
412	317	162	110
1.555	1.285	382	315
(2.142)	(2.152)	(2.142)	(2.152)
101.499	91.710	9.967	8.795
79.682	72.097	871	475
2.172	2.833	477	937
19.645	16.780	8.619	7.383
101.499	91.710	9.967	8.795
	7.930 36.775 7.228 2.491 11.543 4.837 8.898 (20) 901 9 553 526 183 14.060 549 900 2.468 962 455 426 412 1.5555 (2.142) 101.499 79.682 2.172 19.645	2017         2016           7.930         7.185           36.775         34.096           7.228         6.363           2.491         2.447           11.543         10.580           4.837         4.821           8.898         6.626           (20)         (21)           901         748           9         24           553         674           526         573           183         814           14,060         12.638           549         470           900         821           2.468         1.877           962         7777           455         382           426         365           412         317           1.555         1.285           (2.142)         (2.152)           101.499         91.710           79.682         72.097           2.172         2.833           19.645         16.780	2017         2016         2017           7.930         7.185         -           36.775         34.096         871           7.228         6.363         -           2.491         2.447         -           11.543         10.580         -           4.837         4.821         -           8.898         6.626         -           (20)         (21)         -           901         748         -           9         24         9           553         674         76           526         573         295           183         814         97           14,060         12.638         8.039           549         470         27           962         777         642           455         382         148           426         365         6           412         317         162           1.555         1.285         382           (2.142)         (2.152)         (2.142)           101.499         91.710         9.967           79.682         72.097         871           2.172

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 24 Outros resultados operacionais

	Consolidado			Controladora
	2017	2016	2017	2016
Resultado na venda de ativo imobilizado	(136)	(108)	-	(2)
Subvenções governamentais	2.585	2.323	-	-
Despesas com estudo de viabilidade de investimentos	-	(350)	-	(350)
Multas por atraso recolhimento impostos	-	(23)	-	-
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	216	-	242	-
Outras	27	20	14	(1)
	2.692	1.862	256	(353)

## 25 Resultado financeiro líquido

	Consolidado			Controladora
_	2017	2016	2017	2016
Tarifas bancárias	(397)	(353)	(25)	(21)
Juros passivos	(1.856)	(1.958)	(487)	(380)
IOF	(191)	(75)	(96)	(30)
Multas por atraso no recolhimento impostos	15	(188)	-	-
Resultado negativo ajuste a valor presente	(1.235)	(1.665)	-	-
Resultado negativo ajuste a valor justo	(1.216)	(2.537)	-	
Outras despesas financeiras	(309)	(619)	(30)	(437)
Total das despesas financeiras	(5.189)	(7.395)	(638)	(868)
Descontos recebidos	498	468	5	167
Rendimentos com aplicações financeiras	490	885	182	510
Juros ativos	186	334	148	313
Resultado positivo ajuste a valor justo	487	2.829	-	-
Outras receitas financeiras	150		<u> </u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	1.811	4.595	335	990
Resultado financeiro líquido	(3.378)	(2.800)	(303)	122

## 26 Partes relacionadas

A Cinesystem S.A. tem em sua base de negócios, 106 (cento e seis) salas de cinemas próprias e 40 (quarenta) salas terceirizadas mediante contrato de serviços. As operações terceirizadas são detidas pelo Grupo Redecine Rio, que têm participação acionária da Agroup Participações S.A., também acionista da Cinesystem.

Abaixo demonstramos o resumo das transações com partes relacionadas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u> </u>		Consolidado		Controladora
	Natureza da operação	2017	2016	2017	2016
Ativo Grupo Redecine Rio (a)	Comercial 1				
Contas a Receber	Comercial 1	1.263	1.482	1.263	1.482
(-) Provisão para devedores duvidosos	Comercial 1	(169)	(425)	(169)	(425)
Total contas a receber - nota 7		1.094	1.057	1.094	1.057
Adiantamento de viagens diretores	Comercial 1	<u> </u>		<u> </u>	9
Total outros créditos - nota 7		<u>-</u>		<u> </u>	9
Agroup Participação S.A.(c)	Financeiro 2	31	-	31	-
Marcos Rocha Magalhães Barros (c)	Financeiro <sup>2</sup>	1.055	1.870	1.055	1.870
Liviomar Macatrão Pires Costa (c)	Financeiro 2	78	126	78	126
Eduardo Augusto Vaz Pinto de Souza (c)	Financeiro 2	53_	719	53_	719
Total outros créditos - nota 7		1.217	2.715	1.217	2.715
Passivo					
Núcleo de Prest. Serv. Adm. Ltda	Comercial 1	140	194	140	194
Reembolsos de viagens diretores	Comercial <sup>1</sup>	6	9	6	5
Maestro Locadora de Veículos S.A.	Comercial 1	11	3	11	3
Total fornecedores - nota 14	<u></u>	147	206	147	202
Conta corrente e caixa único (b)	Financeiro 2	<u> </u>		2.366	1.117
Resultado					
Reembolso de despesas					
Grupo Redecine Rio (a)	Comercial 1	2.142	2.152	2.142	2.152
Reembolso de despesas administrativas (	nota 23)	2.142	2.152	2.142	2.152
Locação de veículos					
Maestro Frotas	Comercial 1	28	57_	28	57
Outras despesas administrativas (nota 23		28	57	28	57

- (1) Comercial: Transações comerciais, referentes ao curso normal do negócio das empresas envolvidas
- (2) Financeiro: Operações de conta corrente e caixa único e valores a receber de acionistas
  - (a) Os valores apresentados referem-se a contrato de serviços, que envolve funções administrativas e de gestão das operações mediante a o reembolso mensal de despesas equivalentes a 3,3% sobre a receita bruta do Grupo Redecine Rio, que representou no período findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.142 (R\$ 2.152 em 31 de dezembro de 2016). Para os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, foi constituída provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 169 (equivalente à multa contratual) em 31 de dezembro de 2017.
  - (b) Em 1º. de setembro de 2017, a Cinesystem S.A. celebrou contrato de caixa único com suas controladas, que por ser a holding das empresas do Grupo, é a responsável pelo gerenciamento da tesouraria das demais empresas controladas, de forma a melhorar a capacidade de gestão de recursos financeiros disponíveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O saldo apresentado na controladora está distribuído da seguinte forma:

Caixa único		Controladora
Empresa do Grupo	2017	2016
Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.	3.667	5.208
Bombocine CRT Comércio De Alimentos Ltda	424	365
Bombocine CWB Comércio De Alimentos Ltda	1.804	1.113
Bombocine FLN Comércio De Alimentos Ltda	1.106	985
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda	654	911
Bombocine LEO Comércio De Alimentos Ltda	759	458
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda	1.128	914
Bombocine SLZ Comércio De Alimentos Ltda	633	667
CCM Participações Ltda	(1)	-
Redecine CWB Cinematográfica Ltda	(462)	(1.050)
Redecine BRA Cinematográfica S.A.	(9.033)	(9.958)
Redecine CRT Cinematográfica Ltda	(422)	(369)
Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda	(229)	106
Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda	(165)	(912)
Redecine LEO Cinematografica Ltda	(336)	(450)
Redecine Litoral Cinematográfica Ltda	902	1.313
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda	1.937	1.816
	2.366	1.117

- (c) Os montantes referem-se a valores a receber dos acionistas, substancialmente compostos por saldos que foram pagos ao ECAD Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (R\$ 1.497) referentes ao acordo firmado de ressarcimento, bem como o reembolso parcial de gastos (advogados e auditorias (*due dilligence*)) na transação de captação de investidor (R\$ 996), reembolso de juros e multas de atraso de impostos (R\$ 167), outros reembolsos (R\$ 55). Dos montantes apresentados, os acionistas liquidaram até o momento R\$ 1.498.
- (d) Os valores apresentados referem-se a serviços contratados de locação de veículos para diretoria, junto a Maestro Locadora de Veículos S.A., empresa investida pelo acionista SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, no período findo em 31 de dezembro de 2017 o montante era de (R\$ 28), no de 2016 (R\$ 57).

As transações comerciais e financeiras entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes não partes relacionadas.

Todas as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 27 Remuneração global da Administração

A Administração das empresas do Grupo Cinesystem, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, é estruturada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A diretoria estatutária é composta por 08 (oito) cargos: Presidência; Diretoria Financeira; Diretoria de Superintendência; Diretoria de Controladoria; Diretoria Relação com Investidores; Diretoria de Expansão; Diretoria de Operações; e Diretoria Comercial. Os diretores e um dos membros do Conselho de Administração (Conselheiro Independente), são remunerados em bases correntes mensais, sendo que a administração é realizada de forma centralizada, respondendo por todas as empresas do Grupo.

Em 25 de abril de 2017, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global anual da administração no montante de R\$ 4.500 para o exercício de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu a título de remuneração global da administração (pró-labore, bônus, plano de saúde, seguro e outros) o montante de R\$ 3.601 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 3.560).

## 28 Lucro por ação

#### a. Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias.

	Controlado	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.396	1.517
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	19.418	19.418
Resultado básico por ação	0,12	0,08
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.396	1.517
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	19.418	19.418
Resultado diluído por ação	0,12	0,08

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 29 Informações por segmento

Nos três principais segmentos de receitas que o Grupo opera são as seguintes principais espécies de receitas: a) Bomboniere (pipocas, refrigerantes, doces); b) serviços de exibição cinematográfica; c) outras receitas, que incluem a veiculação de propagandas em tela e de alugueis de salas para eventos. Os segmentos apesar da direta dependência, são analisados de forma separada pela Administração, com base na receita líquida descontados apenas dos custos diretos dos segmentos (custo com venda de mercadorias, custos com exibição de filmes e propaganda).

		Bomboniere	_	Ingressos	Oı	ıtras Receitas	_	Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida do segmento reportável	32.277	27.063	69.657	64.918	3.789	2.392	105.723	94.373
Custos diretos por segmento	(7.930)	(7.185)	(35.786)	(33.435)	(989)	(661)	(44.705)	(41.281)
Custo do segmento reportável	(7.930)	(7.185)	(35.786)	(33.435)	(989)	(661)	(44.705)	(41.281)
Lucro bruto do segmento reportável	24.347	19.878	33.871	31.483	2.800	1.731	61.018	53.092
Custos com pessoal	-	-	-	-	-	-	(7.228)	(6.363)
Custos com manutenção de salas	-	=	-	-	-	-	(2.491)	(2.447)
Custos de ocupação	-	-	-	-	-	-	(11.543)	(10.580)
Custos com água e energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(4.837)	(4.821)
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	-	-	(8.898)	(6.626)
(-) Outros créditos							20	21
Custos indiretos não mensuráveis por segmento							(34.977)	(30.816)
Lucro bruto			<u> </u>				26.041	22.276

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 30 Compromissos com arrendamento operacional (locação de espaços comerciais)

O Grupo arrenda espaços junto a shoppings para instalação de salas de exibição cinematográfica e comercialização de produtos de bomboniere, os contratos de arrendamento são de cinco, dez e quinze anos, e a maioria é renovável no término do período de locação à taxa de mercado. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o período, estão divulgadas na Nota 23.

O pagamento de arrendamento é realizado de acordo com percentual estabelecido em cada contrato, variando de 7% a 15% sobre o faturamento de bilheteria e bomboniere do cinema, tendo o valor mínimo de pagamento variando entre R\$ 10 a R\$ 135 mensais. Em virtude da impossibilidade de projeção dos faturamentos futuros, mensuramos os pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento.

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento são:

				Consolidado
Empresa	% de pagamento - Médio		2017	2016
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	11% a 15%		4.929	3.664
Redecine LEO Cinemat. Ltda.	10%		1.099	1.853
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	8% a 15%		6.283	7.387
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	7% a 14%		446	984
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	7% a 12%		968	1.476
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	7% a 12%		1.229	1.671
Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	7% a 11%		2.116	2.563
Redecine BRA Cinemat. Ltda.	7% a 15%		41.899	44.994
	=		58.969	64.592
				Consolidado
		2017		2016
Cinco anos		1.544		2.837
Dez anos		22.544		21.413
Quinze anos		34.881		40.342
		58.969		64.592

#### 31 Cobertura de seguros (não auditado)

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía apólice de seguro com global de indenização, junto a AXA Seguros S.A.

	Consolidado
	2017
Coberturas	Limite global de indenização
Incêndio, raio e explosão	20.000
Danos elétricos	100
Tumultos e greves	100
Derrame de chuveiros automáticos	500
Perda ou pagamento de aluguel	396
Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo e fumaça	300
Equipamentos eletrônicos sem roubo	350
Roubo de valores no interior do estabelecimento	70
Responsabilidade civil estabelecimento comercial	500
Despesas fixas básicas	200
Responsabilidade civil danos morais	70
	22.586

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado 2017
Cinema	Valor mínimo de indenização por Complexo
Maceió-AL	19.600
Arapiraca-AL	8.400
Vila Velha-ES	8.400
São Luis-MA	8.400
Imperatriz-MA	7.000
Santarém-PA	11.200
Paulista-PE	12.600
Londrina-PR	8.400
Curitiba-PR (Hauer)	7.000
Curitiba-PR	8.400
Curitiba-PR (Portão)	7.000
Paranaguá-PR	2.800
São Leopoldo-RS	7.000
Rio Grande-RS	5.600
Florianópolis-SC	9.800
Praia Grande-SP	8.400
São Paulo-SP	19.000
Hortolândia-SP	7.000
Escritório São Paulo-SP	500
Escritório Maringá-PR	600
	167.100

## 32 Eventos subsequentes

Inaugurado no dia 1º. de março de 2018 complexo localizado na cidade de Ananindeua-PA, com o total de 10 (dez) salas, representando 9,43% de ampliação da base instalada de telas da Companhia.

\* \* \*